



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 21, v. 2
jan-jul.2025
p. 65-79

Rastros da transcartografia: possibilidades metodológicas em ciências humanas e sociais

(Traces of transcartography: methodological possibilities in the humanities and social sciences)

(Huellas de la transcartografía: posibilidades metodológicas en humanidades y ciencias sociales)

Rafael Martins de Meneses¹

Adriana Kirley Santiago Monteiro²

Rafael Fernandes de Mesquita³

RESUMO: As frequentes movimentações de identidades que resistem ao sistema cisheteronormativo exigem a mobilização de novas estratégias metodológicas para a compreensão dos diversos processos humanos e sociais. Como argumento teórico, este ensaio defende a utilização do método transcartográfico para o mapeamento dos processos de subjetivação. Nesta proposta, são delineados os rastros que se dispõem a mapear os agenciamentos discursivos da cisheteronormatividade; (des)territorializar esses agenciamentos em outros caminhos; e afirmar as corporalidades Trans através de suas produções desejantes, a fim de contribuir para a prática de quem for realizar a pesquisa cartográfica, especialmente em sua natureza política, como elemento participativo na produção da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Transgêneros; Cartografia; Etnografia.

Abstract: The frequent movements of identities that resist the cisheteronormative system require the mobilization of new methodological strategies for understanding various human and social processes. As a theoretical argument, this essay advocates the use of the transcartographic method for mapping processes of subjectivation. In this proposal, we outline the trails that are willing to map the discursive agencies of cisheteronormativity; (de)territorialize these agencies in other ways; and affirm Trans corporealities through their desiring productions, in order to contribute to the practice of the researcher-cartographer, especially in its political nature, as a participatory element in the production of society.

Keywords: Transgender; Cartography; Ethnography.

Resumen: Los frecuentes movimientos de identidades que resisten al sistema cisheteronormativo exigen la movilización de nuevas estrategias metodológicas para la comprensión de diversos procesos humanos y sociales. Como argumento teórico, este ensayo defiende el uso del método transcartográfico para mapear procesos de subjetivación. En esta propuesta, esbozamos los caminos que están dispuestos a mapear las agencias discursivas de la cisheteronormatividad; (de)territorializar estas agencias de otras maneras; y afirmar las corporeidades Trans a través de sus producciones deseantes, con el fin de contribuir a la práctica quien vaya a realizar la investigación cartográfica, especialmente en su naturaleza política, como elemento participativo en la producción de la sociedad.

Palabras clave: Transgénero; Cartografía; Etnografía.

1 Doutorando em Políticas Públicas (UFPI), Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (IFPI), Professor efetivo (IFPI). E-mail: rafaelmartins@ufpi.edu.br

2 Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFPI). Mestre em Gestão Pública (UFPI). Enfermeira do Hospital Universitário do Piauí (HUPI/EBSERH). E-mail: adrianakirley@gmail.com

3 Doutor em Administração. Professor do Instituto Federal do Piauí - IFPI. Docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (UFPI). E-mail: rafael.fernandes@ifpi.edu.br



Artigo licenciado sob forma de uma licença Creative Commons [Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). (CC BY-NC 4.0)

Recebido em 13/10/2024
Aceito em 27/11/2024

Introdução

Produções acadêmicas e artísticas de pessoas não-cisgêneras e as articulações do movimento organizado de Travestis e Transexuais efervesceram no início do século XXI. Entre as principais contribuições desse grupo está o conceito de identidade de gênero e o consequente descortinamento da cisgeneridade. Logo, cisgênero é a pessoa que se identifica com a convenção social de gênero imposta desde a concepção, a partir das noções binárias e biologizantes de mulher-vagina/homem-pênis, constituindo a ideia de identidade de gênero única, natural e universal (Nascimento, 2021). Por sua vez, Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Transexuais, Transgêneras/es/os e Transmasculinos (Trans) possuem identidade de gênero outra, com rearranjos diversos ao sistema cisgênero de sexo-gênero-genitália (Jesus, 2014).

Assim, o recorte analítico da transgeneridade e/ou cisgeneridade passa a ser mais utilizado nas pesquisas contemporâneas. Nesse cenário, comumente se evidencia a identidade de gênero de pessoas Trans, ao passo que a identidade de gênero cisgênera não é demarcada (Oliveira, 2023). Esse fenômeno de naturalização da cisgeneridade também ocorre dentro e fora da academia (York; Oliveira; Benevides, 2020). Com isso, surge a necessidade da articulação de novas metodologias para a produção e análise das investigações dos processos humanos e sociais (Meyer; Paraiso, 2021), como a cartografia, que se propõe a apresentar um novo conceito, oposto à hegemonia e ao pensamento binário, em estreita aproximação com o social (Barreto; Carrieri; Romagnoli, 2020).

Classificada como pós-estruturalista, a pesquisa cartográfica considera o efeito do processo de pesquisar sobre pesquisadores, o objeto e os seus resultados (Oliveira; Fagundes, 2020; Passos; Kastrup; Escóssia, 2017) e se contrapõe ao formalismo metodológico por se utilizar de pistas que, ainda que se disponham de forma não sequencial e não hierárquica, referenciam os pesquisadores (Passos; Kastrup; Escóssia, 2017; Rolnik, 2016; Scherer; Grisci, 2022). Esta proposta encontra convergência em discussões atuais no campo das ciências humanas e sociais, das quais emergem e se consolidam temas com enfoque em questões de gênero, sexualidade e diversidade, exigindo abordagens que rompam modelos e paradigmas (Barreto; Carrieri; Romagnoli, 2020).

Inspirado na cartografia (Deleuze; Guattari, 2010; 2011; Kastrup; Escócia, 2009) e na antropofagia (Rolnik, 2016; 2021) a transcartografia emerge dessas demandas por procedimentos metodológicos mais adaptáveis às movimentações complexas das sociedades e das identidades, uma linha de fuga às tradições cartesianas de sujeito-objeto na ciência (Deleuze; Guattari, 2010). O método transcartográfico proposto se constitui por procedimentos abertos, aqui chamados de rastros, pistas nômades que direcionam o caminhar, porém, deixando o caminho livre para outras criações (Kastrup; Escócia, 2009), outros encontros, porque



Encontrar é achar, é capturar, é roubar, mas não há método para achar, nada além de uma longa preparação. Roubar é o contrário de plagiar, de copiar, de imitar ou de fazer como. A captura é sempre uma dupla-captura, o roubo, um duplo-roubo, e é isso que faz, não algo de mútuo, mas um bloco assimétrico, uma evolução a-paralela, núpcias, sempre “fora” e “entre”. Seria isso, pois, uma conversa (Deleuze; Parnet, 1998, p. 6-7).

Nas pesquisas em ciências humanas e sociais os encontros são múltiplos. No final do século XX, a cartografia impulsionou novos meios de produção de conhecimento, criando um plano fértil de experimentações metodológicas ao incorporar continuamente os processos de construção das subjetividades nas pesquisas em humanidades (Sandroni; Tarin, 2014). Um dos pressupostos da cartografia está na perspectiva de interconexão entre os conceitos e os múltiplos territórios em que pode habitar.

Logo, o fazer cartográfico adentra nas movimentações imanentes da teoria. Por exemplo, a análise do conceito de corpo, em uma abordagem cartográfica, considera os territórios físicos, sentimentais, sociais e outros planos de imanência (Deleuze; Guattari, 2010). Um mesmo corpo pode ser matéria, possuir sentimentos e ocupar uma localidade social, essas dimensões estão ligadas pela imanência da corporeidade.

A escolha pela estratégia cartográfica é ético-afetiva, em um exercício da escuta sensível aos fluxos, experiências e encontros, provocando a manifestação de outras cosmopercepções do mundo (Nascimento, 2023). Em consonância com essas propostas, a transcartografia adentra nas conexões entre pesquisador/a e pesquisa, movimenta as linhas de forças, explicita aquilo que foi apagado e invisibilizado pelos padrões cisgêneros e heterossexuais formadores da cisheteronormatividade, a fim de mapear os processos de subjetivação (Silva; Tártaro, 2023).

Pensa-se nessa estratégia metodológica como máquina de guerra frente às normatividades de gênero e sexualidade (Preciado, 2014). Um certo modo de ocupar, preencher o espaço-tempo e/ou criar novos espaços-tempos (Deleuze, 2013) contra os dispositivos opressivos de gênero e sexualidade atuantes no cis-tema, como sugere Viviane Simakawa (2015) ao se referir ao sistema cisgênero impositor da cisgeneridade como única alternativa de vida.

Na direção exposta, os rastros propostos são: 1) Mapear os agenciamentos discursivos da cisheteronormatividade nos processos de cisgeneralização; 2) (Des)territorializar e descisgeneralizar esses agenciamentos em outros caminhos; 3) Afirmar as corporalidades Trans através de suas produções desejanças. Esses rastros metodológicos não são estanques, como uma receita, bula ou roteiro, são cambiantes e movediços. Cabe a quem for pesquisar capturar a proposta e constituir a transcartografia de sua investigação, respeitando, sobretudo, os paradigmas éticos-estéticos (Guattari, 2012) das produções com/entre grupos postos à margem da sociedade (York; Oliveira;



Benevides, 2020), porque a transcartografia é também uma prática política (Rolnik, 2016).

Diante desse contexto, os trabalhos com/entre pessoas Trans, ou que busquem analisar as cisgeneridades, exigem estratégias de contato e produção de dados, maneiras de capturar a vitalidade dos processos pela aproximação (Rolnik, 2021). Nesse sentido, a professora Luma Andrade (2012) tinha proximidade com o grupo da sua pesquisa etnográfica de doutoramento por ser travesti, porém, também estava distante, ao se considerar a singularidade das jovens travestis pesquisadas. A autora assevera que: “Compreender e dar visibilidade à diversidade cultural delas nos revela que há diversas possibilidades para suas vidas” (Andrade, 2012, p. 24).

Os relatos metodológicos de Luma Andrade (2012) revelam as especificidades subjetivas envolvidas nas investigações científicas com as transgeneridades, a contingencialidade é uma característica presente. Sobre esse aspecto, segundo a fase arqueológica do filósofo Michel Foucault, cada experiência possui uma descontinuidade com o que foi vivido anteriormente (Santana, 2022), essa concepção auxilia no entendimento das variações das subjetividades e na complexidade da relação entre partícipes e quem coordena a pesquisa.

A cisgeneralização, o primeiro rastro: mapeamento dos agenciamentos discursivos da cisheteronormatividade

Como proposta metodológica, a transcartografia propõe rompimentos com a falsa ideia de alteridade sobre as identidades não-cisgêneras: um olhar sobre a diferença como uma estranha distante, considerada o outro do outro, no caso das travestis (Nascimento, 2021). Por se tratar de uma manifestação da vida humana, as transgeneridades são inerentes à condição de pessoa, vivíveis em qualquer experiência das humanidades, independente das negações sofridas (Meneses, 2022). Considerando essas assertivas, é um tema de extrema relevância para o desenvolvimento analítico das ciências humanas e sociais.

Ao se desconsiderar a identidade de gênero como categoria de análise, muitas reflexões e conhecimentos ficaram invisíveis da academia e demais instituições produtoras de discursos hegemônicos. Essa invisibilidade acarretou prejuízos na produção de conhecimento sobre a humanidade (Jesus; Lion; Urso, 2021), diminuiu a complexidade de articulações teóricas utilizáveis na compreensão das subjetividades.

Parte dessa invisibilidade pode ser explicada pelo agenciamento dos processos subjetivos através de discursos universalizantes do que é ou não humano, da suposta natureza das identidades (Butler, 2015b), nesse trabalho, ao considerar a cisheteronormatividade, denomina-se de cisgeneralização. Os agenciamentos coletivos ditam regras e normas atuantes no saber-poder, utiliza dispositivos,



por vezes, camuflados (Foucault, 2019). Daí o trabalho de mapear essas engrenagens do saber-poder na constituição de sujeitos e identidades, especialmente, identificar as manifestações de resistências a essas forças, criar máquinas de guerra capazes de se rebelar (Deleuze, 2013) diante desses enquadramentos das vidas (Butler, 2015b).

Possibilidade e impossibilidade são concepções de existência moduladas pelas discursividades. Foucault (2016) entende os movimentos históricos como construtores de verdades, tal construção histórica promove modelos de existência com tendência de universalidade. Na perspectiva foucaultiana, os objetos se constituem segundo os ordenamentos dos discursos, criando formações discursivas, incluindo uma linguagem correspondente (Santana, 2022). Partindo dessas considerações, a teórica Judith Butler (2015a) articula os agenciamentos de gênero e sexualidade na construção de inteligibilidades, ou seja, só são inteligíveis e legitimadas as manifestações dominantes do cis-tema sexo-gênero-desejo.

Nas direções tomadas pelas linhas de forças e linhas de fugas os mapas se constroem, transcartografar é adentrar nos emaranhados formados pelos agenciamentos cisheteronormativos, nos seus dispositivos e territórios para provocar a afirmação da diferença e de outras possibilidades contra hegemônicas (Deleuze; Guattari, 2010), (re)criando experimentações de vida nas cartografias produzidas com/entre/pelas transgeneridades.

A descisgeneralização, o segundo rastro: (des)territorialização dos agenciamentos

Pensar se faz na relação entre o território e a terra. [...] ela se confunde com o movimento daqueles que deixam em massa seu território [...] A terra não é um elemento entre os outros, ela reúne todos os elementos num mesmo abraço, mas se serve de um ou de outro para desterritorializar o território (Deleuze; Guattari, 2010, p. 103)

Pensar a realidade requer olhar para fora dos entornos sociais hegemônicos. O fazer transcartográficos aglutina no espaço territorialidades inconformadas e/ou desajustadas, gerando outras utilizações. Dessa maneira, analisa-se também como as corporalidades Trans encontram-se com as feminilidades e masculinidades elaborando outros territórios - um certo processo de descisgeneralização, com saídas e entradas além das limitações impostas pela binaridade cisheteronormativa (Simakawa, 2015; Araújo, 2018).

O arcabouço discursivo da cisheteronormatividade apaga toda e qualquer performance diferente da estabelecida pelos seus ditames. Na ponta da lança estão as subjetividades Trans, constantemente postas à prova (York; Oliveira; Benevides, 2020). Na transcartografia há o exercício de capturar tais agenciamentos e revelá-los e, depois, destacar as linhas de fuga criadas pelas vidas Trans. Também existe nela a atividade de antropofagia: se apropriar, expropriar,



desovar e devorar, em uma transvaloração, escolher que composições de linguísticas possibilitam a passagem das intensidades (Rolnik, 2016; 2021).

Essas movimentações transcargográficas são históricas. Um exemplo da transvaloração da linguagem como ferramenta política é o surgimento da palavra “travesti” no momento da ditadura militar no Brasil. Ela nasce como um termo pejorativo para se referir às pessoas que não se identificavam com o gênero masculino e se vestiam em conformidade com sua identidade, por vezes, lida como feminina (Oliveira, 2018). Com a organização do movimento das Travestis, a palavra foi apropriada por essas sujeitas marginalizadas e se tornou uma identidade imersa em marcadores políticos de resistência importantes para a história da não-cisgeneridade brasileira.

Desterritorializar os padrões de gênero e sexualidade do cis-tema, a partir da criação de territórios outros, nas esferas subjetivas, sociopolíticas, corporais, científicas e demais lugares-rizomas, rompendo imanentemente as limitações discursivas dos saberes-poderes cisheteronormativos (Simakawa, 2015; Favero, 2020).

Transfuturismo, o terceiro rastro: afirmação das corporalidades Trans

Com o exercício de (des)territorialização dos agenciamentos, propostos pelo segundo rastro, emergem possíveis geogênesis, ao encalço da afirmação das vidas Trans pela diferença (Nascimento; Meneses, 2021). Historicamente, as corporalidades Trans são inseridas em territórios patológicos, religiosos e jurídicos que cerceiam a autonomia de pessoas Trans para se desenvolver livremente (Jesus, 2014). Afirmar a existência e diferença desses corpos implica em reconhecer sua humanidade (Nascimento, 2021), dentro de toda sua complexidade.

Donna Haraway (2016) propõe um manifesto ciborgue, no qual as construções corporais não-cisgêneras apresentam contornos outros, derivados de novas tecnologias de modificação corporal. Essas são humanidades fora do centro, constantemente postas à prova pela ciência tradicional (Jesus, 2014). Em tal contexto, a deslegitimação das identidades contra hegemônicas não reflete na inexistência de performances contestadoras das regras cisgenerificantes (Butler, 2015a).

Conforme as contribuições de Sofia Favero (2020), as transgeneridades orbitam na constituição de si, na tomada de decisão de como se portar no mundo frente aos ditames normativos presentes desde a infância. As interdições históricas não conseguiram aniquilar os desejos, subjetividades e construções epistêmicas Trans (York, Oliveira, Benevides, 2020). É um ato de regaste e valorização reconhecer as contribuições teóricas, políticas e sociais das pessoas Trans para a amplificação das noções de mulher/homem, consequentemente, da própria história da



humanidade (Jesus, Lion, Urso, 2021).

O devir-trans convida a dançar sobre a corda bamba

A suposta neutralidade do conhecimento, manifestada por meio da linguagem científica androcêntrica, tem sido desafiada por estudos feministas e de diversidade de gênero, responsáveis pela inserção dos termos ‘gênero’ e ‘*queer*’ nos estudos das ciências sociais aplicadas, tornando visíveis assuntos, problemas e agendas que, anteriormente, eram ignorados (Blanco, 2019; Zimmermann, 2023). Ao equiparar o masculino como universal, o androcentrismo atua pela manutenção dos valores patriarcais na prática e nos produtos científicos (Bernabé, 2019; Zimmermann, 2023).

A necessidade de uma autonomia sociopolítica e teórica fez surgir a epistemologia trans* que reexamina o contexto das produções que envolvem pessoas Trans, investigando seus efeitos no conhecimento e nas práticas sociais, através de pesquisas situadas (Espineira; Thomas, 2019). No âmbito das ciências humanas e sociais, a epistemologia trans tem atuado no sentido de questionar e transformar as noções de sexo e gênero, com o intuito de romper o paradigma androcêntrico predominante na ciência (Zimmermann, 2023). Trata-se de uma oposição à máquina social, que tem sido moldada pelo padrão branco e cis/heteronormativo, impondo, àqueles que a desafiam, um lugar de exclusão, desvalorização e invisibilidade (Nascimento, 2022; Rocha; Brito; Dias, 2022).

A manutenção da máquina social exige movimentos de atualização de um certo tipo de prática e discurso direcionados (Rolnik, 2016). Uma máquina social primitiva se caracteriza como um território – ou máquina territorial – que codifica os fluxos de produção, os meios de produção, os seus produtores e os consumidores. Esta codificação de fluxos investe alguns órgãos e marca determinados corpos, hierarquizando-os e afetando-os por meio de normas discursivas, que enquadram saberes e poderes, o que faz do corpo um elemento político (Leopoldo, 2020; Rampazo *et al.*, 2022). Tais movimentos de atualização fazem com que o sexo ultrapasse a noção de operador biológico estável e se configure como um dado social variável entre uma sociedade e sua ontologia, possuindo, ainda, o poder de modelar o vínculo social ao longo do tempo (Espineira; Thomas, 2019).

Ao atravessar o conjunto da sociedade questionando a demarcação dos corpos e a própria produção de vínculos sociais, a problemática Trans, a exemplo do que ocorre com o devir feminino e o devir negro, se qualifica como um devir trans (Guattari; Rolnik, 1996). Todo devir é minoritário, o que faz com que se proponha um devir-trans, mas não exista um devir-cis, uma vez que o indivíduo cisgênero é majoritário – não no sentido numérico – mas em relação ao estado de



dominação que este grupo majoritário exerce sobre os demais (Deleuze; Guattari, 2011b).

Por meio da linguagem, grupos hegemônicos controlam e direcionam a produção de significados, com vistas à manutenção da cisheteronormatividade nos diversos territórios sociais, incluindo o campo das ciências humanas e sociais. Na proposta de um devir-trans, o corpo é repensado de forma a ultrapassar as polarizações binárias, fazendo com que a produção de sentidos e significados passe a ser analisada a partir das conexões, capacidades e transformações produzidas por ele (Grosz, 1993).

No cerne do pensamento político de Deleuze, as minorias se posicionam de modo a não se constituírem em objetos, mas em processos internos à linguagem (Sibertin-Blanc, 2021). O conceito de minoria encontra relação com a variante menor da linguagem, cujas características incluem: a desterritorialização da língua, em que não se trata de uma língua menor, mas do que as minorias fazem em uma língua maior; a ligação do individual no imediato-político, em que cada caso individual se torna necessário; e o agenciamento coletivo de enunciação, visto que transborda as condições para uma transformação capaz de criar uma enunciação coletiva e revolucionária (Deleuze; Guattari, 2017; Sibertin-Blanc, 2021).

A minoração da linguagem compreende os movimentos de devir, que incluem a desterritorialização da maioria e a reterritorialização das minorias para ocupar espaços e reivindicar potências, em que as palavras de ordem de uma enunciação adquirem tamanha força política, de modo que nada possa ser maior ou mais revolucionário (Deleuze; Guattari, 2017; Viana, 2022). Nesse sentido, a luta das minorias trans, aqui compreendida como um devir-trans, não pode prescindir de elaborar novas formas de expressão e de enunciação coletivas, que compõem uma nova linguagem no seio de uma língua maior ou dominante para que, através dela, outra consciência seja forjada (Deleuze; Guattari, 2017; Sibertin-Blanc, 2021).

Contrariamente à minoração da linguagem, os usos majoritários da linguagem se referem aos discursos e práticas que controlam os agenciamentos coletivos, estratificam a sociedade e disputam o poder (Viana, 2022). Ao compreender a linguagem como representativa, o poder discursivo produz um conceito de ‘mulheres’ e ‘homens’, realizando sexo/gênero através da estrutura de uma matriz heterossexual, patriarcal e binária (Carlyle; Sidebottom, 2021; Leopoldo, 2020).

Por sua vez, Butler (2019) também utiliza a linguagem para desafiar a perspectiva binária de gênero, utilizando-se da performatividade, que atua de modo a aprisionar a realidade por meio das palavras de ordem (Butler, 2019; Deleuze; Guattari, 2017; Deusdará; Rocha, 2021). Nessa proposta, a linguagem pode ser percebida como uma ação, sendo usada para performar algo.



Enquanto performativa, a linguagem não se limita a descrever o real, essa o constitui (Leopoldo, 2020). Para Butler (2019), a performatividade é um domínio no qual o poder atua como discurso. Estes discursos, uma vez enunciados, realizam ações e exercem um poder de conexão. Não há, neste contexto, um ‘eu’ que permaneça e execute sua vontade por meio do discurso, uma vez que a constituição discursiva é anterior ao ‘eu’. Portanto, é o discurso que reconhece e localiza o ‘eu’ no território social (Butler, 2019).

A configuração cultural do gênero, produzida por meio do discurso, naturaliza e consolida a hegemonia do binarismo de gênero (Butler, 1990). As sociedades modernas se utilizam do binário homem-mulher para fazer valer seu maquinário (Deleuze; Guattari, 2011b). No entanto, a divisão dos corpos em dois gêneros limita as possibilidades e não contempla a sua enorme variabilidade, pois os corpos são o que escapa e resiste às regras (Butler, 2019; Sandín; Llombart; Tarrés, 2022).

Enquanto prática discursiva contínua, sustentada por vários meios sociais, o gênero se cristaliza em sua forma mais reificada ao propor a existência de uma essência feminina ou masculina (Butler, 1990). Entretanto, é necessário pontuar que “*mulher* é um termo em processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim” (Butler, 1990, p. 69, grifo da autora).

Ao repensar os ‘corpos’, Deleuze e Guattari (2011b) aprofundam a noção de corpo como um devir, em oposição à lógica do cisgenerismo que se baseia no binário: ser ‘homem’ ou ser ‘mulher’ (Carlyle; Sidebottom, 2021; Deleuze; Guattari, 2011b; Sandín; Llombart; Tarrés, 2022). Nessa perspectiva, o corpo não é uma essência e muito menos uma substância biológica. É, pois, um jogo de forças e uma superfície de intensidades (Deleuze; Guattari, 2011b; Sandín; Llombart; Tarrés, 2022). Sendo o corpo uma multiplicidade de forças, a identidade não pode ser compreendida como endógena ao indivíduo ou a um determinado grupo de gênero, visto que a própria identidade de gênero – aqui compreendida como um rizoma – não se origina na multiplicidade ou adquire multiplicidade, essa é multiplicidade, uma vez que se trata de um devir (Deleuze; Guattari, 2011b; Linstead; Pullen, 2006; Sandín; Llombart; Tarrés, 2022).

A proposta do gênero como um devir torna a divisão binária tradicional de gênero insustentável, ao tempo em que reconhece que ‘masculinidade’ e ‘feminilidade’ são rótulos que se referem a características que podem existir simultaneamente em todos os corpos. As inscrições de identidade podem variar ao longo do tempo, do discurso e da interação pessoal do indivíduo, em um devir que desafia a linguagem majoritária – responsável pela manutenção do discurso binário – e ressalta a minoração da linguagem, que se aproxima da fluidez de gênero. Ao invés de conceber o gênero como um resultado da performatividade da prática social, o gênero passa a ser visto como



uma força produtiva de transformação, cuja identidade sempre se põe em movimento (Linstead; Pullen, 2006).

A multiplicidade é, portanto, uma proliferação de processos, em que os limites de gênero e identidade como conceitos coesos são corrompidos, de modo que o gênero não é uma construção social, mas pode ser considerado um processo social (Linstead; Pullen, 2006).

A linguagem é o meio que possibilita a inscrição das subjetividades no mundo (Deusdará; Rocha, 2021). Ao se desprender do corpo, os movimentos do lembrar, do esquecer, do silenciar, do reiterar, do negar, do resistir e de tantos outros devires passam da relação de designação (coisas) à relação de expressão (sentido), materializando-se por meio da relação entre corpo e linguagem (Mariani, 2018; Sales, 2006). Além de comunicativa e informativa, a linguagem é, em sua essência, política, tendo em vista sua capacidade de intervir na maneira como as práticas sociais são organizadas, representadas, defendidas e combatidas. Dessa maneira, a linguagem é um marcador de poder que transmite palavras de ordem, através do seu enunciado (Viana, 2022).

Como visto, em uma literatura menor, o caráter social dos enunciados é extraído de um agenciamento coletivo, uma vez que a minoração da linguagem conecta os enunciados políticos às práticas sociais que compõem uma dada sociedade (Viana, 2022). Desse modo, não há sujeito, há agenciamentos coletivos de enunciação, cabendo à linguagem a dupla função de transcrever em agenciamentos e desmontar os agenciamentos (Deleuze; Guattari, 2017).

Alinhando-se à epistemologia trans, a transcartografia movimenta o problema de uma minoria – ou de uma literatura menor – sobre todo o território científico, proporcionando as condições para uma enunciação coletiva. Esse agenciamento coletivo possibilita os meios para a emancipação de pessoas que vivem em uma língua que não é a sua, que são forçadas a se servir de uma língua maior, que não as representa. Dessa maneira, ao defender a utilização do método transcartográfico para o mapeamento dos processos de subjetivação, filia-se à proposta de Deleuze e Guattari (2017), para os quais o devir de uma minoria de sua própria língua ocorre por meio de um movimento capaz de “roubar a criança do berço, dançar sobre a corda bamba” (Deleuze; Guattari, 2017).

Considerações finais: próximos rastros

Por sua natureza processual, a Transcartografia se desenha em um processo dinâmico e relacional entre quem for realizar a pesquisa cartográfica e o que ele toma como objeto. Essa postura facilita a passagem para as intensidades vividas pelas pessoas Trans, permitindo que suas experiências sejam valorizadas e representadas de forma autêntica.



Ao longo deste ensaio, propõe-se a Transcartografia como um recurso metodológico para a pesquisa em ciências humanas e sociais, capaz de mapear e compreender os processos de subjetivação das pessoas Trans em um mundo cisheteronormativo. Através da cartografia dos agenciamentos discursivos da cisheteronormatividade, da (des)territorialização desses agenciamentos em outros caminhos e da afirmação das corporalidades Trans através de suas produções desejantes, a Transcartografia se configura como uma ferramenta poderosa para a construção de conhecimento crítico e engajado na luta por uma sociedade mais justa e plural.

A Transcartografia coloca os afetos no centro da pesquisa, reconhecendo-os como elementos fundamentais na construção da subjetividade. Essa abordagem permite a captura da riqueza e da complexidade das experiências das pessoas Trans. Ao proporcionar a visibilização das experiências das pessoas Trans e oferecer uma crítica à cisheteronormatividade, a Transcartografia revela seu caráter político e contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática, tornando-se um instrumento de transformação social.

Compreende-se, assim, que a Transcartografia abre um novo horizonte para a pesquisa em ciências humanas e sociais, convidando pesquisadores a repensarem metodologias e a adotarem uma postura mais crítica e engajada em seus rastreios futuros, transformando a forma como se pesquisa, pensa e age em relação às questões de gênero, sexualidade e identidade.

Referências

ARAÚJO, V. P de S. *Um corpo potente fazendo das dores possibilidades de asas: TRANSformando os modos de educar e de resistência na Universidade*. 128 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, 2018.

BARRETO, R. O.; CARRIERI, A. P.; ROMAGNOLI, R. C. “O Rizoma Deleuze-Guattariano na Pesquisa em Estudos Organizacionais”. *Cadernos EBAPE.BR*, 18(1): 47-60. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395174655x..>

BERNABÉ, F. N. “Androcentrism, science and philosophy of science”. *Revista De Humanidades De Valparaíso*, 14: 287–313. 2019. DOI: <https://doi.org/10.22370/rhv2019iss14pp287-313>.

BLANCO, R. *et al.* “Mujer, Género, Queer.: Un Vocabulario Reciente Para Las Ciencias Sociales Locales.” In: *Ciencias Sociales: Balance y Perspectivas Desde América Latina*, edited by Pampa Arán and Marcelo Casarin, 55–74. Centro de Estudios Avanzados de la Universidad Nacional de Córdoba, 2019. DOI: <https://doi.org/10.2307/j.ctv31vqp9q.7>.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a.



BUTLER, J. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b.

BUTLER, J. P. *Corpos que importam: os limites discursivos do 'sexo'*. 1. ed. São Paulo: n-1 Edições, 2019.

CARLYLE, D.; SIDEBOTTOM, K. "Deleuze Becoming-Mary Poppins: Re-Imagining the Concept of Becoming-Woman and Its Potential for Challenging Current Notions of Parenting, Gender and Childhood". *Humanities*, 10, no. 4: 113. 2021 DOI: <https://doi.org/10.3390/h10040113>.

DELEUZE, G. ¿Que és un dispositivol?. 1990. In: *Michel Foucault, filósofo*, 155-161. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Barcelona: Gedisa. <http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/art14.pdf>.

DELEUZE, G. *Conversações*. 3 ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Kafka: por uma literatura menor*. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F.. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. vo. 2. . São Paulo: Editora 34, 2011.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. vo. 4. São Paulo: Editora 34, 2011b.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. 2010. *O que é a Filosofia?*. 3 ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

DELEUZE, G.; PARNET, C. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.

DEUSDARÁ, B.; ROCHA, D. *Análise cartográfica do discurso: temas em construção*. 1 ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2021.

ESPINEIRA, K.; THOMAS, M.-Y. 2019. Études Trans: Interroger les conditions de production et de diffusion des savoirs. *Genre, sexualité & société*, 22. 2019. DOI: <https://doi.org/10.4000/gss.5916>.

FAVERO, S.. *Crianças Trans: infâncias possíveis*. Porto Alegre: Devires, 2020.

FOUCAULT, M *Microfísica do Poder*. 9 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2019.

FOUCAULT, M. *Subjetividade e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

GROSZ, E. A thousand tiny sexes: Feminism and rhizomatics. *Topoi*, 12: 167–179. 1993. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF00821854>.

GUATTARI, F.. *Caosmose: um novo paradigma ético-estético*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.



HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, T. (Org). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

JESUS, J. G. de; LION, A. R. C. de; URSO, G.S.. “Entrevista com Jaqueline Gomes de Jesus”. *Albuquerque: revista de história*, 13, no 26. 2021.

JESUS, J. G. de (org.). *Transfeminismo: teorias & práticas*. Rio de Janeiro: Editora Metanoia, 2014.

LEOPOLDO, R. *Cartografia do pensamento queer*. 1. ed. Salvador: Editora Devires, 2020.

LINSTEAD, S.; PULLEN, A. “Gender as multiplicity: Desire, displacement, difference and dispersion”. *Human Relations*, 59, no. 9: 1287-1310. 2006. DOI: <https://doi-org.ez17.periodicos.capes.gov.br/10.1177/0018726706069772>.

MARIANI, B. . “Discursividades prêt-à-porter, funcionamento de fake news e processos de identificação”. *Entremeios: revista de estudos do discurso*, 17: 3-18. 2018.DOI: <http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol17pagina3a18>.

MENESES, R. M. de. *Feitiços do corpo: cisgeneridade e autonomia das pessoas Trans na jurisprudência do STJ após a ADI 4275*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Bacharelado em Direito. Centro de Ciências Humanas e Letras - Departamento de Ciências Jurídicas. Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina. 2022. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1fO3Bvo_vxjXprD7tkPkRqU4qCmPCMPZG/view acesso em mar. 2025.

MEYER, D. E.; PARAISO, M. A. (Orgs.). *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. 3ed. Belo Horizonte: Mazza, 2021.

NASCIMENTO, L. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NASCIMENTO, L. C. P. do; MENESES, R. M. de. *Geogênese do novo mundo travestigênera: agonística, direitos e heterotopias da liberdade*. Revista Reflexões, Fortaleza-CE , 10, no. 19. 2021.

NASCIMENTO, S. S. “Epistemologias transfeministas negras: perspectivas e desafios para mulheridades múltiplas”. *Estudos Históricos*, 35, no. 77: 548-573.2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S2178-149420220311>. Disponível em <https://www.scielo.br/j/eh/a/DGJb8snh5xr44yXVwvgRDSB/> acesso em mar. 2025.

OLIVEIRA, M. R. G. de. 2023. “A cobaia agora é você! Cisgeneridade branca, como conceito e categoria de análise, nos estudos produzidos por travestis e mulheres transexuais”. *Caderno Espaço Feminino*, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 157–178, 2023. DOI: 10.14393/CEF-v36n1-2023-9. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/69857>. Acesso em: 9 mar. 2025.

OLIVEIRA, M R G de. “Por que você não me abraça?: reflexões a respeito da invisibilização de travestis e mulheres transexuais no



movimento social de negras e negros”. *SUR*, 15, no. 28: 167 – 179. 2018. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-megg-rayara-gomes-de-oliveira.pdf>. Acesso em mar. 2025.

OLIVEIRA, L.; FAGUNDES, T. C. P. C. “Questões de gênero nas práticas pedagógicas dos professores/as: devires cartográficos”. *Revista Ciências Humanas*, 13(1): 21-33. 2020. DOI: <https://doi.org/10.32813/2179-1120.2020.v13.n1.a595>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341102320_QUESTOES_DE_GENERO_NAS_PRATICAS_PEDAGOGICAS_DOS_PROFESSORES_AS_DEVIRES_CARTOGRAFICOS/fulltext/63dd91cb64fc86063813d725/QUESTOES-DE-GENERO-NAS-PRATICAS-PEDAGOGICAS-DOS-PROFESSORES-AS-DEVIRES-CARTOGRAFICOS.pdf, Acesso em mar. 2025.

PASSOS, E; KASTRUP, V; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). *Pistas do método da cartografia*. Porto Alegre: Sulina, 2009

PRECIADO, P. B. *Manifesto contrassexual*. São Paulo: n-1 Edições, 2014.

RAMPAZO, A V *et al.* “Rompendo hegemonias sobre corpos e organizações”. *Revista de Administração de Empresas*, 62, no. 4: e0000–0022. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-759020220402>.

ROCHA, K. dos A.; BRITO, A. M.; DIAS, A. F. “Vai que a universidade se Trans*Forma”: experiências e epistemologias trans*. *Educação*, [S.l.], v. 47, n. 1, p. e29/ 1–27, 2022. DOI: 10.5902/1984644453288. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/53288>. Acesso em: 9 mar. 2025.

ROLNIK, S.. *Antropofagia Zumbi*. São Paulo: N-1 Edições, 2021.

ROLNIK, Suely. 2016. *Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. 2 ed. Porto Alegre: Sulina; Editora UFRGS, 2016.

SALES, A. C. “Deleuze E A Lógica Do Sentido: O Problema Da Estrutura”. *Trans/form/ação*, 29, no. 2: 219–39. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-31732006000200015>.

SANDÍN, S. V.; LLOMBART, M. P. I.; TARRÉS, J. P. . “Doing gezoma. Debinarising gender”. *Quaderns de Psicologia*, 24, no. 3: e1909. 2022. DOI: <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1909>.

SANDRONI, L.; TARIN, B. 2014. Limites e possibilidades da cartografia afetiva enquanto método de pesquisa nas ciências sociais. *Anais da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia*, Natal, RN, Brasil. Disponível em: http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402014806_ARQUIVO_Limites_e_possibilidades_da_cartografia.pdf. Acesso em mar. 2025.

SANTANA, A. S. Noções de continuidade e descontinuidade em Michel Foucault e Reinhart Koselleck. *Humanidades em diálogo*, São Paulo, Brasil, v. 11, p. 210–219, 2022. DOI: 10.11606/issn.1982-7547.hd.2022.176377. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/>



humanidades/article/view/176377. Acesso em: 9 mar. 2025.

SCHERER, L. A.; GRISCI, C. L. I. . “Cartografia como método de pesquisa para estudos de trabalho e subjetividade”. *Revista de Administração Contemporânea*, 26: 1-14. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2022210202>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/QQT7x3GYszjB6GSxt8nJvL/>. Acesso em mar. 2025.

SIBERTIN-BLANC, G.. Deleuze e as minorias: qual “política”? (Tradução de Viviana Ribeiro e Mariana de Toledo Barbosa). *Trágica: estudos de filosofia da imanência*, 14, no. 2: 123-140. 2021. DOI: <https://doi.org/10.59488/tragica.v14i2.45823>.

SILVA, M. T. da; TÁRTARO, T. F. . “Cartografias De Professoras: A Quarta Dimensão Em Aula De Matemática”. *Educação e Pesquisa*, 49: e252809. 2023. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349252809por>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/371660319_Cartografias_de_professoras_a_quarta_dimensao_em_aula_de_matematica#fullTextFileContent. Acesso em mar. 2025.

SIMAKAWA, V. V.. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Cultura e Sociedade) - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, da Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19685>. Acesso em mar. 2025.

VIANA, W.. “A variante menor em Deleuze: uma minoração da linguagem”. *Tempo Psicanalítico*, 54, no. 2: 457-482. 2022. Disponível em: <https://www.tempopsicanalitico.com.br/tempopsicanalitico/article/view/746>. Acesso em mar. 2025.

YORK, S. W.; OLIVEIRA, M. R. G.; BENEVIDES, B.. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, no 3: e75614. 2020. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n375614> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/D5Mthwz5BKTkhX8JTwGjJbd/abstract/?lang=pt>. Acesso em mar. 2025.

ZIMMERMANN, L. S. “El rol de las epistemologías feministas y trans* en la deconstrucción de la ciencia androcéntrica y [cis]sexista”. *Ciencia Política*, 18, no. 35: 61–91.2023. DOI: <https://doi.org/10.15446/cp.v18n35.104940>. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/cienciapol/article/view/104940>. Acesso em mar. 2025.

